



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª GRI/UGE

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta do processo 59570.000951/2023-61.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades. Diante deste contexto, a aquisição e implantação dos kits de irrigação contribuem para minimizar os impactos provocados pelo baixo nível tecnológico implantados pelos agricultores familiares da região, em específico a região semiárida piauiense que ocupa aproximadamente 82% do estado, distribuídos em 185 municípios dos 224 existentes.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 5,5% dos estabelecimentos de agricultura familiar no Piauí estão equipados com algum tipo de sistema de irrigação. Considerando a extensão total das terras dedicadas à agricultura familiar no estado, apenas 0,36% dessa área é atualmente irrigada. Portanto, a aquisição desses módulos de irrigação se torna de suma importância para estimular e impulsionar o crescimento da agricultura irrigada no estado, o que, por sua vez, contribuirá para o desenvolvimento econômico e, consequentemente, para a redução das disparidades regionais, coadunando com a missão institucional da Codevasf que é a promoção do desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável nas bacias hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Com o objetivo de proporcionar o atendimento ao direito humano fundamental de acesso à água, em qualidade e quantidade para consumo humano e inclusão produtiva, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre no campo foi aprovado o Estudo Técnico Preliminar para execução dos fornecimentos objeto desta licitação.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação definida é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que serão contratados.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição



do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 7ª Superintendência Regional da Codevasf.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): Sim – A área técnica permite a adesão de órgãos não participantes da licitação através de “caronas”.

Primeiramente, destaca-se a economicidade, pois essa prática permite a otimização dos recursos públicos. Ao evitar a reprodução de processo licitatórios, o tempo e o dinheiro são poupados, contribuindo para a eficiência do sistema de compras governamental. Ademais, a adesão promove a eficiência, agilizando a aquisição de bens e serviços ao permitir que os órgãos interessados aproveitem os preços e condições já negociadas, atendendo às demandas públicas de forma mais rápida e eficaz.

A igualdade também é um princípio beneficiado por essa prática, uma vez que impede a criação de condições desiguais entre as entidades, assegurando que todos tenham igualdade de oportunidades.

A publicidade é outro aspecto positivo, uma vez que as atas de registro de preços são públicas, o que significa que os preços e condições estabelecidos são transparentes e acessíveis a todos os órgãos específicos, fortalecendo a transparência no processo de compras públicas.

Por fim, a adesão está em conformidade com a legalidade, respeitando as normas estabelecidas pela legislação de compras públicas, o que a coloca em harmonia com o arcabouço legal que regula as administrações governamentais, garantindo a regularidade e legitimidade do processo.

Dessa forma, ao permitir a adesão de outros órgãos às atas de registro de preços, a administração pública promove a economia, eficiência, igualdade, publicidade e legalidade, demonstrando um compromisso sólido com os princípios que orientam suas atividades.

Da divulgação de IRP: Sim - A divulgação de IRP – Intenção de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo Federal, referente ao Fornecimento, transporte, carga e descarga por Sistema de Registro de Preços – SRP, de Kits de Irrigação Familiar por Gotejamento com capacidade para irrigar áreas de 500 m², 5.000 m² e 10.000 m² destinados a diversas localidades no estado do Piauí, no âmbito de atuação da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, deve ser instaurada conforme estabelece o art. 21 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, nos termos a seguir apresentados:

- O prazo mínimo para o registro de intenção será de 08 (oito) dias úteis, contado da data de divulgação da IRP;
- A resposta a eventuais intenções de terceiros interessados ficará sob responsabilidade dos técnicos que elaboraram o Termo de Referência;
- Número máximo de participantes da IRP: 02 (dois) participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento;
- Não serão aceitos os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens;
- Não será permitida a inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.



Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

O objeto não será dividido em grupos ou parcelas.

Da exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, e não haverá prejuízo para o conjunto o fornecimento, será permitida a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para os itens 02, 04, 07, 09, 11 e 13; e para os itens 05 e 14 (item 1 deste TR) será atribuído participação exclusiva de ME/EPP, conforme art. 6º do Decreto n. 8.538, de 2015. O detalhamento da participação das ME/EPP encontram-se no item 1 deste TR e na Planilha de Quantidades e Preços Orçados – Anexo II deste TR.

Permite Participação de Consórcios:

Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, **não** sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Subcontratação:

O objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da Permissão de Participação de Cooperativas: Não se aplica. Não será permitida a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os fornecimentos a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução): Não será exigida, uma vez que se trata de produtos comuns, de fabricação relativamente simples, amplamente disponíveis no mercado e, geralmente produzidos ou comercializados por pequenas empresas. Nesse contexto, a imposição dessa exigência poderia restringir a concorrência, aumentando o risco de fracasso dos itens licitados. A aplicação de multas devido ao não cumprimento do objeto, conforme estabelecido no item 15 deste TR e na legislação específica aplicável, tem como objetivo garantir a compensação ao contratante em caso de prejuízos decorrentes do descumprimento por parte do contratado.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. A garantia do objeto deverá obedecer aos prazos definidos nas Especificações Técnicas – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência, assim como o estabelecido no Código Civil e na garantia ofertada pelos fabricantes dos bens e materiais fornecidos.

Apresentação de amostras: Para o escopo do fornecimento não é necessário a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

Apresentação Carta de Solidariedade: Não será exigido carta de solidariedade para os itens licitados.